

(D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a compreensão da génese e da construção da autonomia escolar

Ferreira, Elisabete (2012). *(D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a compreensão da génese e da construção da autonomia escolar*. Porto: Porto Editora.

(D)Enunciar a Autonomia versa sobre o impacto da autonomia prevista no Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, na ação organizacional de atores de uma escola secundária. Definido o seu objeto de estudo, a autora apresenta três hipóteses de investigação:

- no processo de implementação do projeto de autonomia escolar em Portugal, as lógicas emancipatória e regulatória coexistem como duas faces de uma mesma moeda;
- a génese da autonomia escolar encerra a sua própria crise;
- o processo de construção social da autonomia na escola desenvolve-se num contexto de interdependências e de ação coletiva organizada em que a *agência humana* assume um lugar central (p. 15).

Mencionado o objeto de estudo e algumas das suas hipóteses, importa referir que a obra em análise se inscreve no domínio das Ciências da Educação e, de modo mais específico, se inscreve predominantemente na administração escolar, na sociologia das organizações educativas. Contudo, a autora procura compaginar saberes desta área com outras áreas não facilmente compagináveis. Temos, desse modo, um enquadramento teórico sugestivo e pertinente.

Ainda no âmbito do seu enquadramento teórico-concetual, torna-se claro, à medida que se avança na leitura da obra, que a autora é muito capaz de tirar benefício de um património teórico existente entre nós no domínio da educação e mobiliza esse património de forma bastante criativa, a propósito da autonomia das escolas, como teremos oportunidade de confirmar na exposição que se segue.

Quanto à organização e respetiva análise, a obra encontra-se estruturada em três grandes partes, designadas pela autora: Pretexto, Texto e Contexto.

Na primeira parte, o Pretexto, a autora aborda a modernidade e a autonomia e centra o debate da autonomia entre a *regulação* e a *emancipação*. Portanto, saliento a criatividade da autora em mobilizar conceptualizações desenvolvidas por outros autores de referência na realidade portuguesa, designadamente a conceptualização de Afonso (1998) a propósito da avaliação em torno, como ele próprio refere, do pilar da *regulação* e da *emancipação*.

Na segunda parte, o Texto, a criatividade da autora não se restringe à mobilização do património existente em termos concetuais, mas sim à articulação entre perspectivas nem sempre compagináveis, como já referimos, de modo específico: a articulação interessante, e na minha ótica bem conseguida, entre modelos de análise organizacional (a saber, o modelo da burocracia, o modelo político e o modelo da ambiguidade) e as teorias comunicacionais.

Finalmente, quanto à última parte, o Contexto, privilegia a autora o *plano da ação*, na aceção de Lima (1992). Assim, consideramos a autora como uma investigadora atenta à crítica de invisibilidade da escola em trabalhos das ciências da educação, sinalizada por Lima, já em 1996, no livro intitulado *O Estudo da Escola*. A autora contempla, desse modo, trabalho empírico numa organização escolar, num contexto específico, tomando-o como objeto autónomo, ou seja, como um nível de análise.

Feita esta breve passagem pelas diferentes partes da obra e procurando evidenciar a mobilização do património teórico-concetual existente entre nós, a compaginação de perspectivas e, ainda, uma *boa dose*

de criatividade, gostaria de salientar uma ideia forte do trabalho e muito interessante. Esta ideia consiste na identificação de crise da autonomia, já na sua génese. Neste sentido, a autora identifica um tipo de autonomia, por si intitulada *autonomia crítica*, sendo esta entendida como determinada pela inércia da retórica da autonomia. Faltando-lhe investimento e determinação política e governativa, por parte da administração central da educação, capaz de proporcionar aos atores vontade para a autonomia e o querer ser e o ter uma escola autónoma (p. 47). Este tipo de autonomia emerge imediatamente a seguir à publicação do referido decreto da autonomia, o que parece ser uma contradição. Contudo, podemos compreender esta aparente contradição se atendermos ao difícil arranque da autonomia em forma de contrato, o que levou Lima (2003) a afirmar que as escolas se encontravam no grau zero da autonomia por referência ao mencionado decreto, uma vez que não tinha sido assinado qualquer contrato de autonomia. Também é possível uma melhor compreensão deste quadro se considerarmos que os atores educativos já conhecem o passado da autonomia no sistema educativo português: uma retórica nos normativos sem qualquer tradução nas suas práticas e, desse modo, um desacreditar na mesma.

Portanto, esta é uma ideia forte do trabalho de Elisabete Ferreira: a *génese e crise* da autonomia, em simultâneo. Ainda neste domínio, não posso deixar de referir que a autora associa tal situação à lenda da «estátua com pés de barro»:

A forte retórica que se associou ao conceito gerou nos sujeitos da ação uma ambiguidade de significado de difícil interpretação e de conotação crítica: a estátua monumental conta, para se manter, com uma agência humana frágil e fragilizada. Desta contradição, nasce a autonomia crítica. (p. 127)

A autora, para o desenvolvimento desta interpretação, inspira-se em autores da sociologia da educação que deram um importante contributo para o

conhecimento da realidade portuguesa, na medida em que identificaram contradições/tensões no estudo de outros objetos no domínio da educação. Neste caso, enquadra-se o trabalho de Araújo (1996) sobre a *escola de massas* em Portugal, designada por esta autora como «retórica e precoce», bem como o trabalho de Stoer e Araújo (1992), no qual os autores se reportam à «crise e consolidação da escola de massas».

Identificadas estas potencialidades, sinalizo algumas questões em torno de dois tópicos presentes no trabalho agora em análise. O primeiro tópico diz respeito à tipologia da autonomia concetualizada pela autora. Neste campo, intitula um determinado tipo de autonomia de *quase-autonomia*; trata-se de uma autonomia em contexto de quase mercado: «a esta autonomia está subjacente uma lógica de filosofia de mercado no sentido em que a preocupação se concentra na lei da procura, na diversificação da oferta e na competitividade» (p. 46).

No entanto, parece-me que a sua designação não é a mais adequada, uma vez que a mesma não permite a sua associação imediata com *lógicas de quase-mercado*. Portanto, penso que tal designação deveria ser mais sugestiva, mais indicativa do que se trata, de facto.

Ainda a propósito deste tipo de autonomia, outra questão me ocorre, agora num registo mais provocatório: será a autonomia da escola pública compatível com uma *lógica de igualdade*, de aprofundamento de *direitos de cidadania*, de *bem comum*? Dito de outro modo, será possível o exercício da autonomia da escola pública sem resvalar para *lógicas de concorrência, competição* e até de *empresarialização* da escola? No meu entender, esta é uma problemática que merece um profundo trabalho de reflexão e discussão teórica.

O segundo tópico, em torno do qual tenho algumas questões, diz respeito à articulação entre autonomia e os seus autores ou, por outra, a autonomia e os órgãos de gestão da escola e esclareço, desde já, que na minha ótica não faz sentido que não se estabeleça essa articulação. Em boa verdade, a

autora coteja esta questão, mas penso que a mesma merece maior atenção e passo a explicar a sua razão.

Na minha perspetiva, a autonomia não potencia a transformação das práticas se não for exercida de forma democrática, por processos participativos em que se encontrem envolvidos diferentes categorias de atores.

Mas o que é facto é que o modelo de gestão previsto no Decreto-Lei nº 115-A/98 não contemplava esse exercício democrático, senão atentemos à seguinte situação: no referido decreto, a elaboração dos contratos de autonomia encontrava-se atribuída à direção executiva, podendo esta ser um diretor ou conselho. Assim sendo, podemos interrogar se a autonomia não poderá ser exercida apenas por uma «cúpula» no seio da escola.

Contudo, tal situação pode ainda ser mais grave, no momento presente, se tivermos por referência o atual modelo de gestão, implementado com o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril. Neste está prevista, de forma obrigatória, a figura do diretor e, mais uma vez, é a este a quem compete a elaboração dos contratos de autonomia.

Nestes cenários, de atribuição do exercício da autonomia a órgãos unipessoais, a preocupação não se prende apenas com a concentração de poderes no interior da escola, mas também com o poder de negociação de um órgão unipessoal junto do Ministério da Educação, na definição da autonomia para cada escola. Inspirando-nos no pensamento de Lima (2011: 57), podemos apontar que, neste processo de negociação em torno da autonomia, é grande a probabilidade de o diretor [se] encontrar «numa situação solitária e mais subordinada perante o poder político e a administração até porque mais insular e à margem da dinâmica colegial do anterior conselho diretivo ou executivo». Ou seja, ainda nas palavras deste autor: «um diretor potencialmente mais forte para *dentro* (espaço sempre representado como significando para *baixo*) mas mais fraco para *fora*, ou para *cima*».

Por todas estas razões, considero que, para além da *autonomia sensata* identificada pela autora, se torna

não só necessário, mas urgente, contemplar a *autonomia democrática*; por outras palavras, processos e estruturas democráticos, representativos e colegiais na construção e negociação da autonomia (em diferentes níveis do sistema e no *interior* da organização escola), desvinculando-se de um exercício da autonomia enredado em *lógicas gerencialistas e burocráticas*.

Com *(D)Enunciar a Autonomia*, a academia ganhou mais um contributo na problematização da autonomia na escola pública portuguesa, que merece leitura atenta e crítica.

Fernanda Martins

Instituto de Educação, Universidade do Minho

Referências bibliográficas

- Afonso, Almerindo J. (1998). *Políticas educativas e avaliação educacional*. Braga: CIED, Universidade do Minho.
- Araújo, Helena C. (1996). Precocidade e «retórica» na construção da escola de massas em Portugal. *Educação, Sociedade & Culturas*, 5, 161-174.
- Lima, Licínio (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar: Um estudo na escola secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: CIED, Universidade do Minho.
- Lima, Licínio (1996). Construindo um objecto: Para uma análise crítica da investigação portuguesa sobre a escola. In João Barroso (Coord.), *O estudo da escola* (pp. 15-40). Porto: Porto Editora.
- Lima, Licínio (2003, maio). O grau zero da autonomia contratualizada. *A Página da Educação*, 123, 21.
- Lima, Licínio (2011). Director de escola: Subordinação e poder. In António Neto-Mendes, Jorge A. Costa & Alexandre Ventura (Orgs.), *A emergência do director da escola: Questões políticas e organizacionais* (pp. 47-63). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Stoer, Stephen R., & Araújo, Helena C. (1992). *Escola e aprendizagem para o trabalho: Num país da (semi)periferia europeia*. Lisboa: Escher.